

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 74
Setembro – 2006

S U M Á R I O

- 2 | *11 de setembro de 2001: algumas das conseqüências após cinco anos*
Virgílio Arraes
- 4 | *O primeiro-ministro Abe e o país do sol nascente*
Alexandre Ratsuo Uehara
- 7 | *União Europeia: uma insípida rentrée política*
Raquel Patrício
- 9 | *Uma nova diplomacia: República Islâmica do Irã versus Estados Unidos e a intermediação da Alemanha na extensão do Tehran Case*
José Ribeiro Machado Neto
- 13 | *ONU: velhos problemas, novos desafios*
Karin Costa Vazquez
- 15 | *Pós-modernidade e Relações Internacionais*
Hugo Arend
- 18 | *O Brasil na contramão da proliferação nuclear*
Carlos Ribeiro Santana
- 20 | *A distribuição mundial de renda: caminhando para a convergência?*
Paulo Roberto de Almeida

11 de setembro de 2001: algumas das consequências após cinco anos

Virgílio Arraes*

Meia década após o atentado terrorista que pôs a inexpugnabilidade dos Estados Unidos em xeque, algo inesperado desde o ataque ao Havaí em dezembro de 1941 pelo Japão, há um desgaste progressivo, não obstante lento, do poderio norte-americano. Paradoxalmente, a corrosão decorre do próprio posicionamento do presente governo estadunidense, incapaz de conjugar de modo equilibrado os diferentes meios de que dispõe para executar o aparente objetivo maior de sua política externa: a estabilidade político-econômica do mundo pós- Guerra Fria.

Assegurada a estabilidade da Europa nos anos 1990, em virtude da afirmação da União Européia (UE), da suspensão dos conflitos militares na região balcânica e da incorporação gradativa à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) dos antigos países membros do Pacto de Varsóvia, os Estados Unidos almejam estender o projeto das democracias neoliberais para o Oriente Médio e adjacências, com o objetivo de aproximar ainda mais os vínculos entre as elites governamentais.

Como decorrência de uma possível alteração política, as econômicas suceder-se-iam de modo mais fácil, de maneira que possibilitassem o acesso ocidental aos recursos naturais – a saber combustíveis fósseis – diretamente. Em um primeiro momento, isto poderia ocorrer por meio de parcerias entre corporações multinacionais e companhias estatais, boa parte delas estabelecidas ou reestruturadas a partir da primeira metade da década de 1970, no período sucedâneo ao do I Choque do Petróleo.

De início, houve consenso entre os formuladores e executores da política externa estadunidense sobre quais países médio-orientais se deveria lançar o ideário da abertura, de modo que eles se adaptassem às

diretrizes vigentes de acordo com a ótica ocidental: Irã e Iraque, vistos como regimes opressores, embora de distintos matizes culturais – em 2002, os dois formariam o ‘Eixo do Mal’ da Casa Branca ao lado da Coreia do Norte. O ataque a Nova York, em setembro de 2001, com quase três mil mortes obrigaria o governo Bush a deslocar, de modo momentâneo, a atenção para um novo alvo, a despeito das incertezas iniciais para quem se endereçaria a retaliação, conforme declaração do antigo Diretor da Central Intelligence Agency (CIA), James Woolsey, ao diário *Washington Post* no dia seguinte à destruição das torres gêmeas.

Na mesma noite do 11 de setembro, o Presidente Bush afirmou que era a guerra contra o terrorismo, sem indicar, contudo, o oponente. Todavia, mesmo sem ainda apontar responsáveis, Paul Wolfowitz, número dois do Departamento de Defesa, sustentaria que a resposta governamental açambarcaria muito mais que meros grupos combatentes, visto que a ação norte-americana atingiria países ou mesmo sistemas atrelados à defesa do terror.

No entanto, a hesitação primeira foi posta de lado e identificar-se-ia no Afeganistão a origem da intempestiva agressão. Tendo em vista ter sido um ‘ato de guerra’ claro, de acordo com as palavras do Senador John McCain, o governo talibã, outrora aliado norte-americano no combate à presença soviética no país durante os anos 1980, seria defenestrado do poder, algo considerado, em um primeiro momento, como definitivo. Desta forma, possibilitar-se-ia a oportunidade para remodelar política e economicamente aquela parte do globo.

Decidida supostamente a fase afegã, retomou-se o projeto rumo ao Iraque. Diante de uma ditadura carcomida por duas grandes guerras – Irã-Iraque

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

(1980-1988) e Golfo (1991) –, por sanções econômicas e por preços debilitados do petróleo, os Estados Unidos acreditaram que a opinião pública, tanto interna como externa, ser-lhe-ia favorável se se provocasse a substituição do regime de Saddam Hussein, já anacrônico após o fim da Guerra Fria. Veiculou-se a imagem de que o governo autoritário iraquiano, porém de cunho secular, comungaria do mesmo ideário do talibã e da Al-Qaeda, de extração fundamentalista.

Ambos seriam antiocidentais e desfrutariam de armas de destruição em massa e, por conseguinte, deveriam ser contidos ou mesmo eliminados, a fim de garantir a segurança do mundo democrático, portanto, 'livre'. Em comum, apenas o fato de terem sido aliados estadunidenses durante a época da bipolaridade amero-soviética. Recentemente, o Comitê de Informação do Senado dos Estados Unidos asseguraria a divergência entre ambos em um relatório de pouco mais de 350 páginas e, destarte, corroborando análises preliminares da CIA.

Diante de um Estado falido, viabilizou-se a perspectiva de que a invasão derrubaria rapidamente

o governo e receberia o apoio da população local, fatigada do isolamento internacional e da pobreza. Três anos passaram-se e não se vislumbra a hipótese de, no curto prazo, haver a vitória. O Iraque fragmenta-se ainda mais e obtém mais espaço político exatamente os grupos de inclinação religiosa, oposto daquilo que os Estados Unidos haviam previsto.

Decorridos cinco anos, o fracasso da incursão norte-americana é evidente: duas guerras tornadas temerárias e a expectativa de mais uma, desta vez contra o Irã; enfraquecimento do modelo democrático, ao constituir campos prisionais como o de Guantánamo, com inúmeras denúncias de desrespeito aos direitos humanos, ou de prisões secretas fora do território americano, conforme admitido recentemente pelo Presidente Bush, e ao monitorar cidadãos, sem autorização das autoridades judiciárias e, por conseguinte, restringir direitos individuais; e, por fim, descrédito dos organismos internacionais, ao privilegiar a utilização da força individualmente em detrimento da negociação no âmbito multilateral.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O primeiro-ministro Abe e o país do sol nascente

Alexandre Ratsuo Uehara*

Shinzo Abe, ex-chefe de gabinete do primeiro-ministro Junichiro Koizumi, foi eleito primeiro-ministro do Japão, no dia 26 de setembro de 2006, sob a expectativa de continuidade às políticas de crescimento econômico e fortalecimento do status internacional do Japão. Sua ascensão ao cargo ocorre depois de ter obtido a vitória na disputa pela presidência do Partido Liberal Democrático (PLD) do Japão sobre Taro Aso (ex-ministro das Relações Exteriores) e Sadakazu Tanigaki (ex-ministro das Finanças). Como o PLD detém a maioria absoluta de representantes na Câmara Baixa, 292 de 480, já era prevista a nomeação do presidente do partido para o posto de primeiro-ministro.

O legado que irá receber de Koizumi é positivo, pois a economia japonesa encontra-se em expansão e registra o segundo maior período de crescimento contínuo. Até o momento, o período recorde de crescimento econômico do segundo pós-guerra, chamado de "Izanagi Boom", ocorreu de outubro 1965 até julho de 1970 (57 meses). O atual, iniciado em fevereiro de 2002, já completou em setembro 55 meses, mas, provavelmente, passará a ocupar em novembro de 2006 o primeiro lugar, pois as estimativas são de que o PIB japonês deverá manter sua expansão pelo menos até 2007.

Esse resultado está associado a alguns fatores internos correspondentes ao governo Koizumi, como: redução dos créditos insolúveis, atração de investimentos estrangeiro e incentivo a investimentos no segmento de pesquisa e desenvolvimento. Mas, há outros fatores internos que já vem sendo realizados desde os anos 1990, em razão da necessidade reestruturação econômica, tais como: reforma do setor privado, retorno dos lucros das empresas e

necessidade e realização de investimentos pelo setor privado japonês, após mais de uma década de tímidas inversões. A recuperação econômica japonesa também teve contribuições do setor externo, como: Crescimento da economia mundial e das economias asiáticas, particularmente o avanço chinês.

Outro fator positivo para Abe é o apoio que tem recebido tanto no partido como da opinião pública. Nas eleições para presidência do PLD conquistou cerca de 66% dos votos, ou seja 464 de 702 votos, e, segundo pesquisa realizada pelo Jornal Asahi Shimbun divulgada no dia 21 de setembro, 57% dos entrevistados afirmaram apoio ao novo líder político. Além disso, a jovialidade dos 52 anos do primeiro-ministro lhe garante uma imagem de continuidade à renovação da política japonesa. Este fator é reforçado por ser o primeiro chefe de governo do Japão nascido após o fim da Segunda Guerra. Os seus oponentes nas eleições à presidência do PLD Tanigaki e Aso tinham, respectivamente, com 61 e 65 anos.

Abe provem de uma família tradicional da política japonesa, seu pai, Shintaro Abe foi ministro das relações exteriores (1982-1986), e seu avô Nobusuke Kishi foi primeiro-ministro (1957-1960). Ele já ocupou cargos políticos importantes no partido, como o de secretário-geral em 2003, e também no governo, sendo por duas vezes o vice-chefe de gabinete, antes de ter sido nomeado chefe por Koizumi em 2005. No entanto, há desconfianças sobre o desempenho como primeiro-ministro, pois é a sua primeira experiência como titular de um cargo executivo. Isso poderá ser um problema, pois Abe tem anunciado seu interesse em fortalecer o papel do primeiro-ministro na política japonesa, pois institucionalmente esse cargo tem fragilidades. No entanto, provavelmente o novo

* Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP; Presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses; Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco e Universidade São Marcos (aruehara@usp.br)

premiê não terá o mesmo poder na política japonesa e a mesma liberdade que Koizumi encontrou dentro do próprio PLD, pois já não há a mesma disposição de apoio ao “salvador da pátria”. Gerald Curtis, professor da Universidade Columbia e especialista em política japonesa, alerta para essa provável impossibilidade do primeiro-ministro Abe exercer uma administração de cima para baixo como fez Koizumi, por exemplo, no caso da votação da privatização dos correios em 2005. Nesse episódio, ao ver sua proposta rejeitada na Dieta, o então primeiro-ministro Koizumi promoveu a dissolução da casa, convocou novas eleições e negou legenda aos políticos do PLD que tinham votado contra a sua proposta. Com essas medidas ele conseguiu restabelecer a maioria absoluta pelo PLD, aprovar sua proposta de privatização dos correios.

A população japonesa também tem uma percepção dividida quanto as habilidades de liderança do novo primeiro-ministro. De acordo com a pesquisa da Asahi Shimbun, 53% dos eleitores afirmaram que Abe não apresenta uma forte capacidade de liderança. Esse poderá ser um dos problemas para o novo primeiro-ministro, que tem de enfrentar desafios internos e externos.

Começando pelo âmbito interno, o Japão possui atualmente uma dívida pública que deverá fechar o ano de 2006 em torno de 180% do seu PIB. Por isso, Abe se comprometeu com a continuidade da reestruturação do governo, redução do déficit fiscal, reformulação dos ministérios e cortes gastos públicos, para que se consiga atingir a meta de superávit fiscal até 2010. Porém, essa tarefa não será fácil, pois há pressões para uma expansão fiscal, como o pedido do Ministério da Agricultura por uma expansão de 18% do seu orçamento para 2007. As eleições para a Câmara Alta que ocorrerá em julho do próximo ano, também é um fator que deverá pressionar contra os planos de redução de corte de gastos.

A nomeação de Hidenao Nakagawa para ocupar o cargo de secretário-geral do PLD, segundo cargo mais importante do partido, no entanto, sinaliza o compromisso de Abe em continuar as iniciativas da gestão anterior. Pois, Nakagawa era um dos nomes fortes do governo Koizumi nos programas de

reformas, cortes de despesas e crescimento econômico.

Nas relações externas Abe anuncia que irá buscar fortalecer os diálogos com os EUA, Europa, Austrália e Índia, assim como recuperar as relações de confiança com a China e a Coréia do Sul. Aliás, o relacionamento com esses dois países foi um dos pontos mais criticados na gestão Koizumi, com momentos de tensão entre o Japão e seus vizinhos. No entanto, apesar das promessas diplomáticas, o novo primeiro-ministro defende que o Japão deve perseguir uma reforma da sua Constituição para que o país volte à condição de país normal. Isto é, nas suas palavras, um “Japão afirmativo” com capacidade de exercer seus direitos internacionais, reformando o artigo nono da Constituição japonesa. Observa-se portanto, que as ações japonesas tem sido mais afirmativas diferenciando-se das atitudes diplomáticas anteriores e as discussões sobre mudanças na área militar tem se ampliado, envolvendo debates sobre reformas nas leis que regulam a atuação da Força de Auto-Defesa.

Não será uma tarefa fácil para o novo primeiro-ministro administrar as relações com os países vizinhos e ao mesmo tempo tentar desenvolver essa reforma constitucional, pois tanto a China como a Coréia do Sul, para citar apenas os dois, têm restrições e receios de que a reforma constitucional possa levar o Japão a um afastamento da política pacifista desenvolvida desde o final da Segunda Guerra Mundial. No entanto, não faltam estímulos ou argumentos para a promoção de mudanças na política externa japonesa. O crescimento da China, tanto no âmbito econômico como militar, e os testes com mísseis realizados pela Coréia do Norte, como os realizados em 1998 e mais recentemente no dia 4 de julho de 2006, tem sido suficientes para causar temores crescentes em relação à segurança do país.

Além disso, o Japão depois de mais de uma década de estagnação econômica e tímida política externa, agora esta buscando recuperar espaços perdidos. Por exemplo, segundo os dados do relatório “World Economic Outlook” do Fundo Monetário Internacional de Abril de 2006, em 1991 o PIB japonês (US\$ 3,48 bilhões) era cerca de 8,6 vezes maior que o

PIB chinês (0,41 bilhões), mas em 2005 a razão caiu para cerca de 2,1 vezes.

Portanto, a retomada do crescimento econômico japonês é um fator importante para somar à disposição do governo de Tóquio em recuperar espaços internacionais, enfraquecidas por influência da crise que o país passou nos anos 1990. No entanto, aparentemente, os objetivos de inserção internacional não necessariamente passarão pelos mesmos caminhos dos trilhos até o final da Guerra Fria. O Japão mantém o interesse em “continuar contribuindo para o crescimento das economias da região com a construção da Área de Livre comércio do Leste Asiático” (URATA, 2006, p.1), mas o governo tem demonstrado disposição para ampliar sua atuação também no campo político e estratégico.

Portanto, tanto a recuperação da economia doméstica como a revitalização do status internacional do Japão não são fatos triviais para o primeiro-ministro Abe, são fatores que poderão definir um renascimento da inserção internacional do país tanto no âmbito regional como global.

Bibliografia

UNCTAD *Handbook of Statistics On-line*. Disponível em: <http://www.unctad.org/>. Acessado em 03/abr/06.

“Is Japan’s economic recovery going to be sustainable?” ICI Bank, January 5, 2006. Disponível em: <http://futures.fxstreet.com/images/graf/lcicibank/lciciJapan.pdf>. Acessado em 01/jun/06.

“Abe Eyes Grip On Diplomacy With Version Of National Security Council”. Nikkei Net Interactive. Tuesday, August 22, 2006. <http://www.nni.nikkei.co.jp/AC/TNKS/Search/Nni20060822D22JF894.htm>. 22/ago/06

“Abe, Aso, Tanigaki Focus On Campaign Pledges In 1st Matchup”. Nikkei Net Interactive. Wednesday, August 23, 2006. Available in: <http://www.nni.nikkei.co.jp/AC/TNKS/Search/Nni20060822D22JFN03.htm>. Acessado em 23/ago/06

HELLEINER, Eric. Money and influence: Japanese power in the international monetary and financial system. In: NEWLAND, Kathleen (Ed). *The International Relations of Japan*. London: Macmillan, 1990. p. 23-44.

IMF. World Economic Outlook. Disponível em: www.imf.org. Acessado em 23/ago/06

IWANAGA, Kazuki. From passive to active foreign policy. In: EDSTRÖM, Bert (Ed.). *Japan’s Foreign and Security Policies in Transition*. Stockholm: Swedish Institute for International Affairs and Center for Pacific Asia Studies. 1996. p.15-40.

URATA, Shujiro. Japan Should boost Contribution to East Asia’s Economic Development. *Japan Center for Economic Research*. March, 2006.

YASUTOMO, Dennis T. Why aid? Japan as an ‘Aid Great Power’. *Pacific Affairs* Vol. 62(4), Winter 1989/90. 490-503.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

União Europeia: uma insípida *rentrée* política

Raquel Patrício*

Finalizando o Verão europeu de 2006, a *rentrée* política da União Europeia (UE) foi marcada pela reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União, realizada a 1 e 2 de Setembro último em Lappeenranta, cidade finlandesa situada perto da fronteira com a Rússia.

O Médio Oriente, em particular o conflito entre Israel e o Líbano, o balanço da situação e a discussão sobre o futuro do processo de paz na região foram os temas centrais da reunião, porém sem causar qualquer espécie de aquecimento nos ânimos, ainda relaxados dos banhos de sol de um Verão durante o qual os termómetros subiram a elevadas temperaturas. A actual presidência finlandesa da UE não deixou, todavia, de incluir, na agenda de trabalhos, as relações entre a União e a Rússia e o programa nuclear iraniano, assunto recorrente nas reuniões de ministros dos Estrangeiros da UE ao longo dos últimos meses, agora reavivado em função da reafirmação da recusa de Teerão em prescindir do enriquecimento de urânio.

Ao aceitar, na penúltima semana de Agosto, enviar forças militares dos Estados-membros para o Líbano, a União Europeia assumiu uma relevante responsabilidade política no processo de paz na região, o que constituirá, certamente, um teste à sua capacidade e vontade política para coordenar as diferentes posições dos Vinte e Cinco sobre a questão, bem como para concertar a relação política e estratégica com os Estados Unidos e com os restantes Estados membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tendo motivado, já, duas reuniões extraordinárias em Bruxelas, durante o mês de Agosto, o tema do Médio Oriente promete aquecer a fraca *rentrée* política da UE, ainda que pouco se espere da

débil Política Externa e de Segurança Comum (PESC) nesta matéria.

Simultaneamente, procurando lançar uma discussão entre os Vinte e Cinco sobre a situação interna na Rússia e a relação entre Bruxelas e Moscovo, a UE tem procurado dar conteúdo ao novo quadro das relações UE-Rússia que, desde a cimeira conjunta de Maio último, substitui o anterior acordo de parceria e cooperação.

Efectivamente, o teor das relações em epígrafe tem-se vindo a alterar substancialmente, sobretudo em virtude de, em 2005, o défice da balança comercial da Comunidade com a Rússia ter ultrapassado os 50 000 milhões de Euros, o que significa que o aumento do comércio externo da UE com a Rússia aumentou para mais do triplo, entre 1999 e 2005, e que as importações cresceram 72 400 milhões de Euros, enquanto as exportações aumentaram apenas 39 800 milhões. Valores que ficam a dever-se às importações de energia, que aumentaram 53 000 milhões de Euros no período de tempo considerado, indicando a Rússia como terceiro parceiro comercial da União, a seguir aos Estados Unidos e à China.

Sem novidades que prometam acirrar o debate, as relações UE-Rússia mantêm-se tranquilamente na ordem do dia da agenda europeia, discutida sem veemência numa *rentrée* morna e pouco entusiástica.

Já a crise originada pelo programa nuclear iraniano tem motivado contactos vários entre as diplomacias europeia e iraniana, sendo a principal temática das relações externas da UE no início da época 2006-2007. Bastante empenhado em procurar uma solução diplomática para a questão, Javier Solana, Alto representante da União Europeia para a PESC, tem tentado convencer o Irão a aceitar as exigências do Conselho de Segurança da ONU de suspender

* Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
(raquelpatricio@iscsp.utl.pt)

todas as actividades relacionadas com o enriquecimento de urânio. Ainda que, em conversações com Solana, o chefe dos negociadores nucleares iranianos, Ali Larijani, tenha aceite suspendê-las durante dois meses, a verdade é que as informações são contraditórias e tudo está em aberto. Por um lado, Teerão não respeitou o ultimato imposto pela Resolução 1696 do Conselho de Segurança, que fixava o dia 31 de Agosto como limite para a suspensão do programa de enriquecimento de urânio e nos termos da qual sanções podem ser aplicadas ao Irão por este órgão das Nações Unidas. Por outro lado, os iranianos insistem nas intenções pacíficas do seu programa nuclear, mostrando-se dispostos a negociar a suspensão – que jamais ocorrerá, segundo eles, antes de qualquer negociação.

O certo é que as Forças Armadas iranianas testaram, com êxito, um míssil inteligente de longo alcance que, podendo ser lançado a partir de qualquer embarcação e detendo alto poder destrutivo, permite ao país defender melhor as fronteiras marítimas no Golfo Pérsico. Além do míssil Sagheb, também o

Exército iraniano testou mísseis melhorados terra-mar em manobras militares, enquanto a oposição iraniana do Conselho Nacional de Resistência Iraniana (CNRI) afirma dispor o Irão de quinze centrifugadoras «P2», que permitem centrifugar urânio de modo mais rápido, o que possibilitará ao país fabricar a primeira bomba atômica até ao final de 2007.

Pelas dimensões que uma eventual crise concretizada possa assumir, é a questão do Irão, indissociavelmente ligada ao problema israelo-libanês, a principal dificuldade internacional que a EU tem hoje em mãos, ou pelo menos aquela em relação à qual desenvolvimentos preocupantes se projectam para um futuro bastante próximo.

Impossível de prever é, neste contexto, a capacidade da PESC para lidar com a situação, que poderá vir a somar-se ao rol de insucessos que esta política apresenta já na sua ainda curta existência, ou pelo menos à lista infindável de posições comuns adoptadas como meras declarações sem efeitos práticos visíveis, incapazes de originar verdadeiras acções ou estratégias comuns.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Uma nova diplomacia: República Islâmica do Irã versus Estados Unidos e a intermediação da Alemanha na extensão do Tehran Case

José Ribeiro Machado Neto*

As potências que formam o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) – EUA, Reino Unido (UK), França, China e Rússia – mais a Alemanha (o denominado *P5+1*), ofereceram ao Irã um pacote de incentivos econômicos, com garantias de segurança, em troca da suspensão do enriquecimento de urânio. Não surtindo o efeito desejado, o CSNU aprovou uma resolução fixando o prazo final para a suspensão do enriquecimento em 31 de agosto deste ano.

A inserção da Alemanha no mais novo contexto de negociações na demorada crise política sem fronteiras, entre a República Islâmica do Irã e os EUA não deve ser desprezada, mas sim aceita e intensificada pelas principais lideranças ocidentais. Os alemães, apesar de não terem assento no CSNU, podem, muito bem, não somente pelo seu *background* político, mas também, pelo seu posicionamento na União Européia (UE), intermediar um processo de paz com a reaproximação do Irã dos EUA.

Para Berlim – o mais novo membro do grupo – não será um processo de conquista imediata, mas de médio prazo, com intermináveis negociações para trocas de sanções por incentivos econômicos e tecnológicos, por promessas concretas de paz no Golfo Pérsico, de pacificação no Afeganistão e, principalmente, de estabilidade de preços do petróleo no mercado internacional. Desta forma, além da paz a ser alcançada em sucessivas escalas, os aliados de ambos os lados sairiam ganhando, principalmente a UE, sob efeitos da liderança incontestável da Alemanha.

Desde a vitória da Revolução Islâmica em 1979 que o Ocidente e o Islã vêm trocando farpas num

quadro aleatório e independente do que preconiza Huntington, como um choque de civilizações, como se ambos os segmentos estivessem a caminho do *Armagedom*. Está claro que a previsão de Huntington não diz respeito a um conflito isolado entre o Irã e os EUA, mas sim, com a possibilidade de envolvimento da Eurásia, do Oriente Médio e do Norte da África, contra todos os segmentos ocidentais considerados hostis ao islamismo e aliados de Israel. O Ocidente, apesar de sua superioridade militar, tecnológica e econômica, não pode desprezar o crescimento do exército de reservas do Islã, cuja taxa de crescimento natural, excetuando a da Palestina, se constitui em uma progressiva e séria ameaça à desejada paz no Oriente Médio.

O atual posicionamento do Irã com relação ao Ocidente não é apenas de conotação político-religiosa, mas sim de construção de uma liderança na região, onde seus vizinhos, a exemplo do Iraque, não têm capacidade político-militar de liderar uma frente adversa – ainda que temporária – à sólida aliança Israel-EUA. Além do mais, ainda persiste um passivo político entre o Irã e os EUA, cujos impactos das variações do preço do petróleo no mercado internacional, ao lado da pacificação diplomática pós-1979, não pôde neutralizar a relativa instabilidade política interna do Irã e, nem a agressividade republicana de Washington ao regime dos *aytolás*, recrudescida com a instalação e o progressivo desenvolvimento do programa de nuclearização, visto por Waltz como uma forma de poder mundial unilateral.

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

A priorização estratégica do ultranacionalismo do presidente Mahmoud Ahmadinejad não deve, em momento algum, ser confundida com o fascismo islâmico apregoado a plenos pulmões pelo presidente Bush, no discutível combate ao terrorismo internacional. Em princípio, deve ser vista como uma nova opção política, de correção de curso da política iraniana, compensatória de algumas perdas diplomáticas imposta pelo Ocidente ao posicionamento autônomo do governo iraniano.

A posição presidencial, advinda de uma natureza coletiva, também se isenta do fato de termos de considerá-la como uma extensão dos incidentes diplomáticos ocorridos em Teerã, entre fevereiro e novembro de 1979, responsáveis pelo surgimento do *fait réalisé* que ficou conhecido como *Tehran Case*, por ter que consagrado os excessos revolucionários motivadores do rompimento das relações diplomáticas entre os EUA e o Irã. Este, a partir de então, inserido pela Casa Branca no eixo do mal e, atualmente, acusado como o principal agente financiador do terrorismo internacional e o braço direito da organização terrorista *Al Qaeda*.

Não obstante o cenário de antecedentes políticos internacionais, que inclui alguns desacertos da política externa norte-americana, notabilizados pela concessão provocatória de exílio ao cidadão Mohamad Reza Shah Pahlavi, ex-monarca iraniano, em outubro de 1979 e a ascensão dos EUA à unipolaridade político-militar, haveriam de alterar o posicionamento geopolítico e geoestratégico do Golfo Pérsico. Essa região, outrora a mais visada para uma intervenção militar do Ocidente na década de 1980, repentinamente pareceu ter ficado à mercê do surgimento de uma nova potência local, não somente para manter estável o nível de preços do petróleo, mas também de reconduzir o Oriente Médio ao *establishment* político necessário à conquista da paz.

A não aceitação da unipolaridade norte-americana e sua possibilidade de incorporação do Golfo Pérsico à sua zona de influência direta, têm colocado a região, excetuando a Arábia Saudita, em um constante estado de alerta. Além do mais, o crescimento da oferta monetária internacional pode

provocar distúrbios macroeconômicos nos EUA, não obstante a concorrência do *euro* e sua estabilização cambial na UE, que tem o Irã como um forte parceiro comercial. A atenuação desse clima de tensão não tem sido correspondida pela política externa norte-americana e, com as derrotas iraquianas sobrar espaço para a gradual ascensão iraniana. Esta, apesar dos arroubos nacionalistas, não deve ser observada e, nem menos aceita, como contestatória ao atual posicionamento dos EUA no Ocidente, mas sim como uma oportunidade para o estabelecimento de um novo equilíbrio de forças, distanciando os hemisférios da eterna cizânia político-ideológica, além de redirecionar, como antes, grandes somas de recursos para a reconstrução de áreas destruídas por conflitos armados, desta feita, a começar pela Palestina concebida politicamente e pelo sul do Líbano.

A ascensão de Ahmadinejad à presidência do Irã – com a compreensão do Ocidente – também agrega o tom reivindicatório e, ao mesmo tempo, desafiador de uma velha ordem política dominante e exploratória de sistemas políticos inferiorizados pelo neocolonialismo. Não surgiria por acaso, mas em consequência de um determinismo político inovador, como uma resposta de uma nova geração política que ascendeu ao poder por eleições democráticas e com respeito às regras gerais do direito internacional, de convenções e de tratados. Não obstante as características próprias e tradicionais do novo regime político autárquico iraniano, mesmo sob uma hegemonia teosófica em todos os segmentos da sociedade, seus objetivos nacionais devem ser, quando não acatados, pelo menos respeitados pelo Ocidente e, até mesmo, sem a necessidade de evocação do elementar e velho conhecido princípio da autodeterminação dos povos, largamente utilizado durante o período de vigência da Guerra Fria.

O duelo entre as vozes iranianas e norte-americanas deverá continuar por um considerável período de tempo, mesmo com uma séria dificuldade para se identificar previamente a vencedora. As ameaças norte-americanas emergentes após as intervenções no Afeganistão e no Iraque – não plenamente coroadas de êxito – não parecem justificar

a extensão de corolários da doutrina Bush ao Irã. As principais atuais preocupações norte-americanas com relação ao Irã já não são o efeito dominó nas demais nações islâmicas periféricas e nem a materialização da hipótese de interrupção do fornecimento de petróleo ao Ocidente, mas o distanciamento político norte-americano do Golfo Pérsico, a ascensão do Irã como potência regional influente num novo eixo econômico envolvendo a Eurásia e, principalmente, o enfraquecimento geopolítico do Estado de Israel, com graves possibilidades de desequilíbrios no Oriente Médio.

A corrida nuclear iraniana – ainda na fase de enriquecimento do urânio – mesmo se comprovada para fins pacíficos já se tornou responsável pelo desequilíbrio de forças no Golfo Pérsico, exigindo do Ocidente novas atenções e novas formas de negociação para a reversão de expectativas, vistas como um *dejá vu*. O Irã é signatário do Tratado de Não-Ploriferação Nuclear (TNP), firmado em 1970 e ratificado em 2002 por 188 países, inclusive, pelos cinco estados membros do CSNU. Por conseguinte, reivindica o direito de dominar e usar segundo seus objetivos nacionais a tecnologia nuclear, a exemplo de outras potências, como a Índia, Paquistão, Israel e Coréia do Norte e agora, a caminho, a Argentina.

As preocupações com a emergência nuclear iraniana podem se estender por mais cinco anos, o período necessário para o enriquecimento do urânio e para transformá-lo em matéria prima para a produção de armamentos. Segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) – sediada em Viena, com 137 estados membros – em recente relatório de inspeção no Irã, atesta o enriquecimento de urânio, porém sem a definição se o programa é militar ou com fins pacíficos, tendo em vista a não necessária cooperação de Teerã, no que diz respeito ao fornecimento de informações precisas e da permissão de visitas a determinadas instalações do programa, que o torna suspeito, não somente para EUA, mas também para a Arábia Saudita, para o Kuwait e por outros estados vizinhos que se sentem ameaçados por manterem alianças como o Ocidente.

Para o CSNU o diálogo com Teerã tem se tornado difícil e o que até agora tem parecido uma obsessão

para o presidente Ahmadinejad, isto é, a aniquilação do estado de Israel, além dos ataques tonitruantes à administração Bush têm tornado mais distante a possibilidade de isenção de sanções contra o Irã. Estas poderão ir de restrições à mobilidade de dirigentes iranianos no Ocidente ao boicote financeiro com a suspensão de créditos internacionais, além da possibilidade de um confronto direto com os EUA, caso a política externa iraniana continue a ser regida em tons belicosos.

Entretanto, considerando-se que a nuclearização é uma forma distinta de oligopolização de estratégias de defesa, mas que age como se fosse um mercado de competição perfeita – onde seus membros estão impedidos de agir isoladamente – espera-se que nessa extensão do *Tehran Case* o consenso do CSNU seja, antes de tudo, persuasivo, evitando-se sanções que não garantiriam a suspensão do programa nuclear, podendo, inclusive, propiciar por outro lado, uma nova propagação reativa na mídia internacional, a exemplo do recente *affair iraquiano* e, também, com resultados pífijs.

O grau de relacionamento dos países do CSNU com o Irã demonstra a magnitude de seus interesses particulares, apesar de que os norte-americanos não convergirem para o espaço iraniano desde 1979. A França mantém ótimas relações de intercâmbio com o Irã, a Rússia transfere tecnologia nuclear ignorando os protestos do Ocidente e a China tem o Irã como seu terceiro maior fornecedor de petróleo. A garantia de fornecimento de óleo tem motivado o ministro das relações exteriores da China, Li Zhaoxing, a uma defesa incessante para que a solução da questão nuclear iraniana seja acima de tudo diplomática, mantendo-se, portanto, o nível de exportação de petróleo do Irã em termos de 86% de suas exportações totais.

As exportações de petróleo iraniano retratam o caráter bilateral regional de suas relações comerciais. A diminuição do seu ritmo, ainda que gradual, dificilmente será compensado com outros excedentes exportáveis, em função do aprofundamento tecnológico iraniano nessas últimas décadas. As conseqüências imediatas, além do empobrecimento e da radicalização política do regime islâmico, poderão

atingir países vizinhos e os mercados ocidentais importadores de petróleo, em particular o norte-americano. Na retração da oferta petrolífera e do gás, muitos mercados importadores competirão com os EUA para a formação de reservas de óleo, elevando o preço do barril em níveis bem acima de US\$ 100, tendo-se novamente novos desequilíbrios comerciais generalizados e, em contrapartida, a adoção de novas políticas recessivas estabilizadoras.

Ao esforço diplomático sugerido pelo primeiro ministro chinês e, comprovando-se que o enriquecimento de urânio é apenas para fins pacíficos, deve o Ocidente buscar a conciliação com o Irã através do incremento de repasses de capital para investimentos produtivos, transferência de tecnologia de ponta, novos tratados de livre comércio e uma nova valoração dos preceitos islâmicos, em lugar da promulgação de sanções pela ONU.

Tais elementos adicionados à experiência alemã de reconstrução político-industrial – que poderá ser repassada adicionalmente à proposição do CSNU – certamente contribuirão para uma nova reinserção da República Islâmica do Irã no atual concerto internacional globalizado, levando-nos a admitir, aprioristicamente, a possibilidade de isolamento dos espectros ideológicos e, em menor intensidade os religiosos do noroeste político, com vistas ao atingimento do multilateralismo econômico.

Para tanto, já nota-se a aproximação da UE com Teerã com vistas ao incremento de novos negócios multilaterais; e, paralelamente, a visita do ex-presidente iraniano Mohammad Khatami – a mais forte expressão liberal dos governantes iranianos – aos EUA, com reflexos positivos, inclusive, no meio acadêmico norte-americano. A presença, uma extensão de visita política à ONU, dá mostras de possibilidades de retorno do diálogo entre Washington e Teerã. Ao que parece, trata-se de um diálogo com tolerância, que exigirá dos EUA principalmente, o reconhecimento do Irã como um estado autônomo e com possibilidades de se tornar um expressivo parceiro comercial do Ocidente, ou seja, muito mais do que o simples reconhecimento e compreensão factuais, mesmo que, ainda persista – com alguns riscos estratégicos – a ambição iraniana de liderar a região do Golfo Pérsico.

Parafraseando Ricardo, no multilateralismo econômico sempre surgem oportunidades de ganhos para todos os agentes envolvidos. Para o Irã, o predomínio desse novo cenário, poderá atraí-lo como catalisador das relações entre o mundo árabe e os megablocos econômicos e, inclusive, como um dos observadores que se tornarão necessários para a escolha de soluções e árbitros para o problema palestino.



ONU: velhos problemas, novos desafios

Karin Costa Vazquez*

Poucas vezes em toda história a Assembléia Geral das Nações Unidas enfrentou tamanha crise em apenas uma semana. Durante a 61ª Sessão da Assembléia Geral, Chefes de Estado e de Governo de 192 países se confrontaram com a iminente guerra civil no Iraque, o monitoramento do cessar-fogo no Líbano, a catástrofe humana em Darfur, os programas nucleares iraniano e norte-coreano e o conflito árabe-israelense. No final do encontro, o cenário não poderia ser mais desanimador: não foi tomada qualquer medida prática para conter os conflitos internacionais e solucionar os problemas institucionais, o que reacendeu o debate acerca da relevância da organização para as relações internacionais.

Representantes dos Estados membros defenderam seus pontos de na Assembléia Geral desse ano e por vezes se chocaram com a visão dos demais participantes da sessão. Em discurso de abertura, George W. Bush ressaltou a necessidade de a ONU atuar no conflito sudanês, mesmo diante da recusa do governo daquele país em receber missões de paz sob o mandato da organização. No Oriente Médio, o governo do Irã foi o principal alvo. Bush ressaltou seu respeito aos muçulmanos, mas advertiu que protegerá os americanos “daqueles que subvertem o Islã para espalhar morte e destruição”. Venezuela, Irã e Sudão, por sua vez, deram o contraponto ao firmar a desconformidade com a política unilateral estadunidense e ao priorizar a autonomia e a não submissão de suas políticas externas e interesses nacionais ao poder hegemônico.

Em última aparição na reunião anual como Secretário-Geral, Kofi Annan frisou que a recente crise internacional acentuou os três grandes desafios enfrentados pela ONU: a justiça econômica, o respeito aos direitos humanos e a obediência ao direito

internacional. Segundo Annan, as dificuldades enfrentadas pela ONU resultam em “um mundo no qual as divisões ameaçam o próprio conceito de comunidade internacional, sobre o qual as instituições se baseiam” e refletem o momento delicado pelo qual passa a organização. A rivalidade Leste-Oeste, que paralisou a ONU durante 40 anos, foi posta a termo e cedeu espaço para a tão esperada “idade de ouro” da organização. Mas uma só superpotência imprimiu novo rumo às relações internacionais. Se antes do 11 de Setembro, o governo Bush já vinha exercitando seu unilateralismo ao ignorar acordos de desarmamento, com a doutrina do “ataque preventivo” e a invasão do Iraque sem a autorização do Conselho de Segurança fomentou ainda mais o questionamento acerca do papel da organização como promotora e mantenedora da paz e da segurança internacional.

Apesar das dificuldades, Annan lembrou os progressos alcançados pela ONU, como a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Manutenção da Paz, a elevação dos níveis de vida e de segurança, a redução dos conflitos globais desde 1997 e a idéia de “parlamentarizar” a ONU, dando mais poderes à Assembléia Geral com um pacote de reformas lançado no ano passado em cúpula com 151 chefes de Estado. O acordo para o cessar-fogo no Líbano botou de novo a organização no centro das atenções e deu-lhe fôlego para tentar reavivar o processo de paz no Oriente Médio e pressionar o Sudão a permitir tropas de paz em Darfur.

A modernização da sexagenária instituição era o legado que Annan pretendia deixar, mas a oposição dos EUA bloqueou a ampliação do Conselho de Segurança, considerada pelos países em desenvolvimento como ato fundamental para

* Mestranda em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB (karin.vazquez@gmail.com).

democratizar o poder decisório na instituição. Também ficou pela metade a reforma administrativa, com os países em desenvolvimento se rebelando contra a intenção dos ricos de alijá-los da distribuição dos recursos nos programas da ONU. Em lugar disso, o governo norte-americano pretende reestruturar apenas os mecanismos de desenvolvimento social, principalmente a Organização Mundial da Saúde; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; e o Fundo para a Infância das Nações Unidas, adequando-os à visão neoconservadora da Casa Branca.

A ONU não deixa de ter papel de destaque nas questões que definem a paz e a segurança internacional. Ela é um canal fundamental que serve de foro aberto ao diálogo entre todos os países e é mediadora dos conflitos internacionais, além de constituir força moral que atua e intervém quando necessário para a promoção da paz. Resta-nos saber como melhorar sua atuação para que ela não seja apenas indispensável, como ocorreu durante o recente cessar fogo no Líbano, mas também eficiente e legítima representante dos Estados e cada vez mais da própria sociedade civil global.



Pós-modernidade e Relações Internacionais

Hugo Arend*

Há, pelo menos, meio século um grande e denso debate ronda as Ciências Humanas, em particular, e as Ciências, em geral: é o debate acerca das questões entre modernidade e pós-modernidade. De forma alguma é meu interesse entrar em seus complexos e infundáveis meandros. Eles são demasiadamente densos e dotados de tantas nuances que o espaço aqui disponível não conseguiria dar conta sequer de uma síntese. Meu objetivo é, portanto, apresentar como encaro tal debate, partindo, primeiro, da apresentação de minha visão acerca das noções de modernidade e de pós-modernidade e suas tensões e, segundo, da relação de seus dilemas históricos e epistemológicos com os problemas e desafios da disciplina de Relações Internacionais na contemporaneidade.

Antes de mais nada, temos de ter em mente que os problemas em torno dos quais gira aquele debate dizem respeito aos problemas referentes ao pensamento ocidental. Eles dizem respeito ao modo como os ocidentais interpretaram questões relativas a Deus, ao Homem, à Natureza, à Sociedade e à História, ao longo da história. O pensamento expresso em termos de modernidade e de pós-modernidade é, portanto, um pensamento de matriz essencialmente ocidental embora, de forma alguma, exclusivamente alimentado e direcionado aos dilemas desta civilização.

Partindo-se desta primeira ressalva, podemos compreender a modernidade como uma fase específica das perenes crises entre os campos de força da totalidade e da desagregação que permeiam o pensamento ocidental deste a Grécia Antiga. A partir dos séculos 12 e 13, devido, principalmente, ao desenvolvimento das universidades, os dogmas expressos na Idade Média começaram a ser gravemente questionados. Estes questionamentos aumentaram com o desenvolvimento da ciência e

com a descoberta do Novo Mundo, pois abriram novos horizontes na imaginação européia como um todo. A partir deste movimento de emancipação da consciência do mundo, os europeus passaram a ver seu mundo e a si mesmos de forma mais complexa e rica; eles passaram a se ver como donos de seus destinos e donos de suas consciências; eles passaram a ver o mundo em sua infinitude. Este movimento secular do plano de imanência entrou em choque com as estruturas políticas e religiosas da época, desafiando as autoridades secularmente estabelecidas. A consequência deste choque entre o plano de imanência e da emancipação com o plano da transcendência e da ordem, gerou graves crises religiosas, políticas e culturais que podem ser percebidas na exacerbação da Inquisição durante e após a Reforma, no surgimento do Estado absolutista, na Guerra dos Trinta Anos. Ao final desta guerra, o plano de transcendência saiu vitorioso: as forças da ordem e da autoridade, do poder centralizado e dos dogmas religiosos se fortaleceram. As noções de soberania e sujeito que herdamos até hoje foram, em grande medida, cunhadas pelo pensamento desta época, notadamente nas obras de Thomas Hobbes e René Descartes. Mas o germe da imanência não estava morto.

Ao longo dos séculos 17 e 18, o Iluminismo reivindicava a Razão e o poder do indivíduo. O Iluminismo coloca em cheque a autoridade e a ordem feudais personificadas nos Reis Absolutos. A partir do Iluminismo podemos perceber que o poder da consciência – derrotado na primeira fase da modernidade – volta à cena como um novo tipo de poder imanente e que reivindica para si o fundamento da Verdade. O Iluminismo, portanto, pode ser lido como uma fase de transcendentalização da imanência. Ao longo dos séculos 18 e 19, é a noção de razão

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor de Estudos Sociais Brasileiros da Escola Pan-Americana de Porto Alegre (hugoarend@yahoo.com).

herdada do Iluminismo que perpassa o fazer científico no pensamento ocidental. A partir da razão a humanidade poderia atingir o progresso e a felicidade eterna. Praticamente todas as ideologias deste período – desde o liberalismo até o marxismo, passando pelo anarquismo e o positivismo – são perpassadas por esta noção teleológica de que a partir da tomada de consciência individual e da busca racional por objetivos é possível se atingir o progresso e a felicidade.

Contudo, a Primeira Guerra Mundial viria a debilitar seriamente esta crença míope no progresso e na razão. Afinal: como europeus educados e autoproclamados donos da Verdade Universal puderam se jogar em tamanha carnificina entre 1914 e 18? A Primeira Guerra Mundial é, sem dúvida alguma, o mais fantástico marco do colapso da crença no espírito ocidental. O primeiro conflito mundial, portanto, já ocorre dentro do período que poderíamos interpretar como pós-moderno.

A pós-modernidade pode ser lida como a expressão mais contemporânea da intensa e perene luta entre aqueles mesmos dois campos de força que perpassam o pensamento ocidental: os planos de transcendência e de imanência, de positividade e de negativização. Na pós-modernidade, o plano de força transcendental (o plano de transcendência do imanente transcendente da modernidade iluminista) é paulatinamente posto em causa. Ele é relativizado e fragilizado a partir de mudanças radicais nas estruturas sócio-históricas e culturais a partir das décadas finais do século 19. A pós-modernidade pode ser notada nas considerações de Nietzsche, Freud, Heidegger e Kafka, entre tantos outros que destruíram e desconstruíram as fundações e as metanarrativas, sobre as quais se assentavam as certezas modernas. A fragilização das metanarrativas modernas não acontece apenas no plano do pensamento – como se este fosse independente da realidade material. Assim como na crise da modernidade, a crise que marca o início da pós-modernidade também acontece a partir de novas perspectivas intelectuais proporcionadas por novas tecnologias e novas descobertas. Tal é o caso da intensificação dos contatos de europeus com a África e a Ásia durante a fase imperialista proporcionados

pelo telégrafo e o rádio. A grande imprensa já era capaz de produzir até mesmo três edições de jornais diários para um público ávido por informações rápidas e precisas, ao final do 19. Enfim, as noções de distância, de dentro e fora, estruturadas e fortalecidas ao longo da modernidade com os conceitos de soberania e fronteira se fragilizam decisivamente.

Assim como na crise da modernidade dos séculos 16 e 17 a Inquisição e o Absolutismo apareceram como reações radicais ao plano de imanência, na transição do 19 para o 20 os totalitarismos de direita e de esquerda surgiram como respostas à fragmentação do pensamento e à relativização das perspectivas como um todo. O hitlerismo e o stalinismo sendo suas expressões mais radicais.

A pós-modernidade assim compreendida aparece como um longo período de crise que se estende século 20 adentro entre aqueles planos de transcendência e de imanência. O século 20 pode, portanto, ser percebido como um século no qual o plano de imanência, o plano da consciência que desafia as autoridades, a rigidez e o estabelecimento de fronteiras, tende a superar o plano de transcendência. Contudo, o século 20 ainda veria mais uma forte expressão do plano de transcendência sobre o plano de imanência: a Guerra Fria. O período conhecido como Guerra Fria pode ser compreendido – no que diz respeito ao plano das idéias e das imaginações políticas e epistemológicas – como um período no qual as noções de soberania e de território voltaram com força total e invadiram as percepções de mundo de intelectuais e estadistas. Durante a Guerra Fria, pensamos o mundo dividido em *dois* pólos (capitalismo e comunismo); pensamos em inimigos *territorializados* em estados-nações (Estados Unidos e União Soviética); pensamos em soluções calcadas em *verdades absolutas* (liberalismo ou socialismo), e por aí adiante. A Guerra Fria foi, portanto, um período em que nossas imaginações políticas e epistemológicas foram tomadas por noções de soberania e de fronteira calcadas, em grande medida, pela modernidade transcendental. Ao final da Guerra Fria, nada mais normal que pensarmos que entrávamos num período pós-moderno, como muitos crêem. Na realidade, a

pós-modernidade – se pensada em termos de idéias e das potencialidades da imaginação – já havia se apresentado. A Guerra Fria foi, tão somente, um interregno dramático que reviveu, também dramaticamente, formas de ver e interpretar o mundo já um tanto ultrapassadas.

Assim sendo, de que forma podemos, então, relacionar as questões que giram em torno do debate modernidade/pós-modernidade e os dilemas da disciplina de Relações Internacionais? Podemos relacionar aquele debate com os dilemas de nossa disciplina na medida em que a nossa disciplina está fundada sobre a principal noção em torno da qual gira não apenas aquele debate, mas boa parte do pensamento ocidental: a noção de soberania. A partir da noção de soberania moderna são estruturadas nossas noções de *dentro e fora*, de *tempo e espaço*, de *identidade e diversidade*. Estas mesmas noções perpassam nossa disciplina com uma força tão incrível que seria irresponsável de nossa parte não pensarmos em nossos dilemas epistemológicos os tomando com a seriedade que merecem. Afinal, não é o mundo globalizado um mundo no qual o dentro e o fora se relacionam de forma cada vez mais densa e

problemática? Não é o mundo globalizado um mundo no qual a noção de guerra herdada da modernidade (e que também é perpassada pela noção de soberania) está cada vez mais confusa e mesclada com a noção de guerra civil e guerra privada? De que formas pensarmos os problemas das fronteiras rígidas da modernidade e a necessidade de desfrutarmos da biodiversidade em termos humanos e não nacionais? Epistemologicamente, de que forma pensarmos nossa disciplina como uma disciplina que pode viver de si e para si, longe dos contatos mais do que nunca necessários com outras disciplinas e outras perspectivas? Em suma, o debate modernidade/pós-modernidade traz desafios e problemas para a disciplina de Relações Internacionais que não podem ser ignorados. As noções de soberania, fronteira e guerra que permeiam densa e ricamente nossa disciplina são também centrais a este debate. Acredito ser nossa obrigação enquanto intelectuais tomar este debate em todas suas potencialidades epistemológicas para o refinamento e aprimoramento de nossa disciplina. Só assim poderemos compreender e problematizar os sérios dilemas que a contemporaneidade nos apresenta.



O Brasil na contramão da proliferação nuclear

Carlos Ribeiro Santana*

Atualmente, o tema da proliferação nuclear tem merecido destaque na mídia internacional, mormente com o debate em torno do programa nuclear iraniano e com o recente lançamento de seis mísseis com capacidade de transportar ogivas nucleares pela Coreia do Norte. Teoricamente capazes de atingir o Alasca e talvez partes da costa oeste dos Estados Unidos, os testes levados a cabo por aquele país foram seguidos por reações negativas dos EUA, das Nações Unidas, do Japão e da Coreia do Sul, sendo que os dois últimos aprovaram inclusive sanções econômicas contra o regime do ditador Kim Jong-il.

O combate à proliferação de armas nucleares remonta aos primórdios da Guerra Fria, quando as duas então superpotências (Estados Unidos e União Soviética) desejavam manter o monopólio estatal desse armamento somente para si. A criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1958, – um ano após a Conferência das Nações Unidas no âmbito do programa “Átomos para a paz” – para a fiscalização e contabilidade de material físsil, representou, quiçá, a mais importante iniciativa para a manutenção da estabilidade nuclear mundial.

No que diz respeito ao Brasil, a cooperação para a prevenção da proliferação nuclear remonta ao apoio à conclusão de um Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (*Comprehensive Test-Ban Treaty* – CTBT), que busca impedir o aprimoramento das armas nucleares, desde o início dos debates sobre o assunto em 1962. A partir de então, o País tomou parte em diversas iniciativas no mesmo âmbito, como, por exemplo, a assinatura do Tratado de Tlatelolco, em 1967, o qual entrou em vigor para o Brasil em 1994 e que transformou a América Latina e o Caribe em uma zona livre de armas nucleares, uma vez que proibia o uso, fabricação e aquisição desse tipo de armamento.

Em 1991, o Brasil assinou com a Argentina acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Mais tarde, foi firmado acordo entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, conhecido como Acordo Quadripartite, para a aplicação de salvaguardas abrangentes pela AIEA. Estas duas iniciativas enterraram quaisquer resquícios de uma corrida nuclear entre os dois países, contribuindo, destarte, para a formação de um clima de amizade e cooperação no contexto do início da integração econômica do Cone Sul em curso à época.

Apesar das claras demonstrações do Brasil no sentido de ser contra a proliferação nuclear, o País chamou a atenção da comunidade internacional, em 1968, ao criticar o caráter discriminatório do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Com efeito, o TNP, enquanto matriz do regime internacional de não-proliferação nuclear, contém dispositivos não somente sobre desarmamento, mas também no que diz respeito ao acesso a tecnologia nuclear para fins pacíficos. Nesse sentido, o País via com desconfiança certas cláusulas do tratado, as quais, para os dirigentes brasileiros, visavam a congelar a tecnologia até então conhecida no tocante a todo o ciclo nuclear, ainda que o Tratado oferecesse uma espécie de “barganha básica”, qual seja a facilitação de acesso à tecnologia nuclear para uso pacífico em troca da garantia de não-proliferação.

Não obstante o fato de o TNP ter sido aberto para assinaturas em 1º de julho de 1968 e estar em vigor desde 5 de março de 1970 – constituindo até hoje o acordo de controle de armas de maior aceitação em todos os tempos –, o Brasil somente aderiu ao tratado em 1997, depositando seu instrumento de

* Diplomata e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro (carlosribeirosantana@gmail.com).

ratificação em 1998, dois anos após a Argentina. A adesão ao TNP, muito criticada à época pelos seguidores mais conservadores da sociedade, aumentou as credências do País no âmbito dos esforços em prol do desarmamento nuclear. Com efeito, a não-assinatura do tratado restringia o acesso e a participação nas reuniões de revisão do TNP, ainda que o Brasil já estivesse comprometido com a não-proliferação por meio de acordos regionais que baniam a posse de armas nucleares. Convém ressaltar que o artigo 21 da Constituição Federal de 1988 já limitava o uso da energia nuclear para fins que não sejam exclusivamente pacíficos.

Atualmente, o Brasil é parte dos principais tratados e foros na área de desarmamento e não-proliferação, conferindo especial importância às negociações desenvolvidas no âmbito da Conferência do Desarmamento, na qual tem participado desde os primórdios de seu funcionamento. A Conferência do Desarmamento constitui o principal órgão internacional de negociação no campo do desarmamento, tendo grande relevância para a segurança internacional e para a negociação de importantes tratados internacionais, como a Convenção para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) e o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT).

No tocante ao combate à proliferação de armamentos não-nucleares, o Brasil é membro originário da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que busca supervisionar a destruição dos arsenais químicos e acompanhar o controle da produção industrial de substâncias que

possam representar algum risco potencial do ponto de vista da proliferação de armas químicas. O primeiro presidente da OPAQ foi o Embaixador José Maurício Bustani, atual Embaixador do Brasil em Londres e responsável, durante sua gestão, pelo rápido aumento dos signatários da Convenção. Além disso, o País também é signatário da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas.

Em relação ao uso da energia nuclear para fins pacíficos, o Brasil faz parte da vanguarda de países que detêm tecnologia para a auto-suficiência no enriquecimento do urânio. Com efeito, o urânio brasileiro, que antes era enriquecido na Europa, após ser transformado em gás no Canadá, passou a ser enriquecido em Resende, no Rio de Janeiro, marcando, destarte, a entrada do País no seleto grupo de Estados que domina esta tecnologia. Nesse contexto, dadas as credências pacíficas do Brasil e um cenário não muito promissor para a dependência de combustíveis fósseis nos próximos 50 anos, a produção de energia nuclear desponta como uma alternativa que não pode ser ignorada pelas autoridades brasileiras.

Por fim, o Brasil tem buscado demonstrar o vínculo entre o cumprimento das obrigações de desarmamento e não-proliferação e a necessidade de cooperação científica e tecnológica para fins pacíficos. Para países em desenvolvimento, como o Brasil, essa relação é particularmente evidente, haja vista estar estreitamente ligada ao projeto de desenvolvimento nacional em curso desde o regime militar, mormente no que diz respeito ao domínio completo da tecnologia nuclear para fins pacíficos.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

A distribuição mundial de renda: caminhando para a convergência?

Paulo Roberto de Almeida*

1. De volta ao problema (aliás equivocado) do crescimento da pobreza mundial

Uma das mais propagadas alegações dos chamados “altermundialistas” – designação totalmente imerecida, uma vez que eles não ainda não revelaram a receita desse “outro mundo possível” – contra a globalização é a de que esse processo aprofunda a miséria e a desigualdade distributiva do mundo capitalista, contribuindo para o aumento da concentração de riqueza nas mãos de uns poucos privilegiados e reservando apenas pobreza e desemprego para a maior parte das pessoas, seja nos países pobres, seja ainda para os pobres dos países ricos. Em poucas palavras: a pobreza mundial teria aumentado de maneira constante e acelerada com o processo de globalização. Seria isto verdade?

Nada mais distante da realidade. Como tem demonstrado – com base em dados estatísticos verificáveis e oficiais, como podem ser os da ONU, do Banco Mundial ou de entidades congêneres –, o economista catalão, da Columbia University, Xavier Sala-i-Martin, os dados da distribuição mundial da renda e sua evolução ao longo dos últimos trinta anos contradizem totalmente os argumentos desprovidos de fundamentos empíricos dos antiglobalizadores. Essas três décadas correspondem ao deslanchar da globalização, isto é, a fase final do socialismo (anos 1970-80) e o desaparecimento das últimas “terras incógnitas” para o capitalismo, com a incorporação da China e ex-satélites soviéticos à divisão mundial do trabalho (anos 1990 e início do novo milênio). Em seu trabalho “The World Distribution of Income: Falling Poverty and... Convergence, Period” (in *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 121, nº 2, may 2006; p. 351-398; ISSN: 0033-5533; link:

www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/qjec.2006.121.2.351), Sala-i-Martin demonstra que não apenas que a pobreza tem diminuído, mas que a distribuição mundial de riqueza também tem melhorado.

Na verdade, eu também tinha partido da idéia de que a globalização aumentava a riqueza, de modo global – ao alocar investimentos em regiões antes não integradas à economia mundial –, mas aprofundava as desigualdades distributivas, dentro dos países e entre eles, sobretudo entre ricos e pobres. No ensaio “A globalização e as desigualdades: quais as evidências?”, (in *A Grande Mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil*. São Paulo: Códex, 2003; cap. 8: p. 117-122; link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/859GlobalizDesig.pdf>), argumentando com base em estudos do PNUD – que depois se revelaram errôneos –, também declarei adesão à tese da “divergência” e da “concentração de renda”, isto é, o distanciamento cada vez maior entre os países e a concentração de renda dentro dos países, nos estratos mais ricos da população. Tentei, no entanto, separar os fatores causais propriamente domésticos – isto é, derivados de políticas econômicas nacionais – daqueles que poderiam ser eventualmente atribuídos à globalização.

Revisei logo depois essa linha analítica ao tomar conhecimento de um dos trabalhos de Xavier Sala-i-Martin, “The Disturbing ‘Rise’ of Global Income Inequality” (NBER Working Paper 8904, April 2002; link: <http://www.nber.org/papers/w8904>), que resumi e discuti em meu trabalho “Três vivas ao processo de globalização: crescimento, pobreza e desigualdade em escala mundial” (*Espaço Acadêmico*, ano 3; 1ª parte: nº 29, outubro de 2003; link

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

www.espacoacademico.com.br/029/29pra.htm; 2ª parte: nº 30, novembro de 2003; link: <http://www.espacoacademico.com.br/030/30pra.htm>; 3ª parte: nº 31, dezembro de 2003; link: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31pra.htm>; arquivo único: link: www.pralmeida.org/05DocsPRA/1011VivaGlobaliza.pdf).

Não vou retomar todos os pontos enfocados em meus dois ensaios citados, nem expor novamente o artigo de Sala-i-Martin, mas desejo, aqui, apresentar resumidamente os argumentos do economista catalão no seu novo ensaio, “A distribuição mundial de renda: pobreza declinante e... convergência, ponto”. Procurarei não entrar em detalhes técnicos (ou seja, econométricos), mas apresentarei sua metodologia e discutirei suas principais conclusões, que podem ser conferidas no original acima indicado.

Esclareço, desde logo, que Sala-i-Martin em nenhum momento trata de políticas econômicas e que do seu texto sequer consta a palavra *globalization*. Na verdade, ele não está preocupado em provar nenhuma tese pré-concebida, a favor ou contra quem quer que seja, de qualquer tendência ideológica, política ou econômica. Ele simplesmente se ocupa de expor dados e deduções a partir dos números pesquisados e processados, como bom *number-cruncher* que é. Ele estima a distribuição da renda em bases individuais, calcula os indicadores de concentração de renda com base em diferentes metodologias e conclui, concretamente, que a pobreza tem diminuído de modo verificável no planeta, embora não em todos os lugares e não com a mesma constância ou rapidez.

2. A diminuição da pobreza mundial: velhas e novas evidências

No trabalho precedente aqui referido, “The Disturbing ‘Rise’ of Global Income Inequality”, Sala-i-Martin tinha utilizado dados agregados dos PIBs dos países e dados relativos aos estratos de renda dentro dos países, provando, em seguida, que essa suposta ascensão das desigualdades globais não tinha, de fato, ocorrido. À diferença de muitos outros estudos nessa área, ele trabalhou com o conceito de renda individual

e não com a renda média nacional, que tende a distorcer os fluxos. Essa metodologia faz sentido, uma vez que o objetivo é medir efetivamente a pobreza, e não a renda per capita, tal como ela aparece nos indicadores nacionais. Ele computou as linhas de pobreza e descobriu que a taxa de pobreza situada no limite estimado de US\$ 1/dia tinha declinado de 20% para 5% da população mundial nos 25 anos anteriores a 1998. Na linha de US\$ 2/dia, o declínio foi de 44% para 18%. Em termos de volume, isso significa que houve uma diminuição de 300 a 500 milhões de pobres entre os anos que vão de 1970 a 1998.

Ele calculou indicadores de concentração de renda com sete métodos diferentes – coeficiente de Gini, a variância log-renda, dois índices de Atkinson, o desvio logarítmico mediano, o índice de Theil e o coeficiente de variação –, todos eles demonstrando redução na desigualdade global da renda entre 1980 e 1998. Ele também descobriu que a maior parte das disparidades distributivas se davam entre os países, não sendo resultante do crescimento das desigualdades dentro dos países. Dentro dos países as disparidades cresceram ligeiramente no período, mas não o suficiente para eliminar o fator de redução das disparidades entre os países. Este último fenômeno se deveu principalmente, mas não inteiramente, ao rápido crescimento da renda de 1,2 bilhão de chineses.

Em outros termos, ocorreu convergência e não divergência entre os países, como muitos argumentavam, inclusive os economistas do Banco Mundial (e eu com eles, uma vez que considereei que seus estudos eram fiáveis). Mas, alertava Sala-i-Martin, a menos que a África comece a crescer no futuro próximo, podemos esperar um novo crescimento das desigualdades mundiais. Se a África não retomar o processo de crescimento, então a China, a Índia, os países da OCDE e o resto dos países de renda média e alta vão “divergir” do continente africano e a desigualdade global voltará a crescer. Ele terminava recomendando que o crescimento agregado do PIB dos países africanos deveria constituir a prioridade de todos aqueles preocupados com o crescimento das desigualdades de renda no mundo.

O que nos traz agora este segundo ensaio de Sala-i-Martin sobre a diminuição da pobreza em nível mundial, desta vez utilizando dados até o início de 2000? Ele estimou a distribuição de renda mundial (WDI, na sigla em inglês) mediante a integração da distribuição das rendas individuais – sempre é bom frisar este ponto – para 138 países entre 1970 e 2000. A distribuição nacional (por países) foi construída mediante a combinação dos PIBs nacionais per capita para “ancorar” a mediana, utilizando dados de pesquisa por amostragem para identificar a dispersão distributiva. As taxas de pobreza e as contagens individuais foram registradas segundo quatro diferentes linhas de pobreza: US\$ 1; 1,5; 2 e 3. Ele descobriu que as taxas de pobreza no ano 2000 eram entre um terço e uma metade menores do que tinham sido em 1970, para as quatro linhas: ou seja, havia entre 250 e 500 milhões de pobres a menos em 2000 do que em 1970 (e isso, caberia registrar, a despeito do crescimento da população mundial, bem maior, presumivelmente, nos países pobres do que nos ricos). Desta vez, ele estimou oito índices de desigualdade de renda para a distribuição mundial de riqueza, e todas elas mostraram redução na desigualdade global nos anos 1980 e 1990.

Este é o “resumo da ópera”, mas caberia, talvez, refazer o caminho percorrido por Sala-i-Martin para ver como ele chegou a essas conclusões, o que implica um pouco de metodologia e de transcrição de números, para o que peço a indulgência dos leitores. No final, pretendo discutir como se desenvolveu esse “fenômeno” – na verdade, um processo muito “natural”, a despeito da descrença dos antiglobalizadores nas virtudes “normais” da economia de mercado para gerar e distribuir riquezas – e como esse processo global está moldando o mundo contemporâneo. Essa parte não tem muito a ver com a metodologia de Sala-i-Martin, mas respeita o espírito e o sentido de suas conclusões.

3. Os dados do problema: questões metodológicas e descobertas empíricas

A distribuição da renda entre os países e dentro dos países tem sido um problema recorrente dos economistas desde longo tempo, em todo o mundo. A divergência entre os países pode ser medida em

duas dimensões: as taxas de crescimento econômico em países pobres têm sido menores do que as dos países ricos e a dispersão de rendas entre os países tem aumentado ao longo do tempo. O problema é que a maior parte da literatura nesse campo utilizou-se de dados nacionais: isso pode até ser válido para testar teorias do crescimento econômico, uma vez que essas teorias tendem a “explicar” o crescimento em função de “fatores nacionais”, como políticas, instituições e outros elementos que são determinantes em nível agregado. Na medida em que essas variáveis são independentes entre as nações, cada país pode ser tratado corretamente como um “número” independente num estudo econômico.

O mesmo não se aplica, porém, quando se trata de medir o bem-estar das pessoas, uma vez que diferentes países têm diferentes “volumes” de população. Como diz Sala-i-Martin, “não há razão para desvalorizar o bem-estar de um camponês chinês em relação a um agricultor senegalês apenas porque a população da China é maior do que a do Senegal” (p. 352). Ou seja, a análise agregada em nível nacional não ajuda a responder questões como estas: quantas pessoas no mundo vivem na pobreza?; como mudaram as taxas de pobreza nas últimas décadas; ou então, as desigualdades distributivas entre os cidadãos estão crescendo ao longo do tempo?

Este problema pode ser parcialmente resolvido recorrendo a uma ponderação da distribuição de renda em função do tamanho da população. Com base nesse tipo de abordagem, o economista T. Paul Schultz, (“Inequality and the Distribution of Personal Income in the World: How it is Changing and Why”, *Journal of Population Economics*, 11(3) (1998), 307-344), descobriu que não era verdade que a distribuição de renda tendia a divergir e que, ao contrário, a renda dos cidadãos mais pobres tinha crescido mais rapidamente (ou seja, a desigualdade distributiva tinha declinado). Mas, o problema é que nem todos os cidadãos de um mesmo país participam da mesma forma na distribuição nacional de riqueza, ou seja, a pobreza geral da população pode estar sendo reduzida, mas a desigualdade na distribuição efetiva de renda pode estar aumentando.

Sala-i-Martin tentou superar esse problema estimando a distribuição da renda mundial (WDI) para cada um dos anos entre 1970 e 2000 e integrando as distribuições de renda para 138 países. As medianas das distribuições nacionais de renda para cada país são os níveis de PIB per capita ponderados pela população de cada um deles, dados então combinados com pesquisas por amostragem (micro-surveys) para cada um deles, quando disponíveis (ou aproximados aos de regiões próximas). Ele então usa a WDI para estimar as taxas de pobreza individuais para o mundo assim como para as várias regiões do planeta, registrando a partir daí as medidas de desigualdade derivadas da WDI, segundo oito indicadores selecionados. “Todas as medidas apontam na mesma direção: não apenas a desigualdade mundial de renda não cresceu tão dramaticamente como muitos temiam, mas, ao contrário, ela caiu desde os altos níveis do final dos anos 1970” (p. 356).

Para a estimativa da renda individual, Sala-i-Martin utiliza o PIB per capita segundo o critério conhecido como PPP (paridade de poder de compra), ponderado pelo tamanho da população. Uma vez obtida a mediana, os dados são complementados com informação sobre a distribuição interna de renda (por estratos), a partir de pesquisas detalhadas (microeconomic income surveys), segundo quatro grupos de países: A= países para os quais o PIB per capita e pesquisas de renda estão disponíveis para vários anos (grupo no qual o Brasil se insere e que perfaz 5 bilhões de pessoas, ou 84% da população mundial); B= países para os quais o PIB per capita está disponível e apenas uma pesquisa foi registrada para todo o período entre 1970 e 2000 (29 países, com um total de 329 milhões de pessoas em 2000, ou 5% da população total); C= países para os quais o PIB per capita é disponível, mas para os quais não existem pesquisas microeconômicas (28 países, com população de 242 milhões, ou 4% do total); D= países sem informação de PIB per capita (excluídos do tratamento estatístico e econométrico).

No total, os 138 países compreendidos no estudo perfazem 93% da população mundial em 2000. Estimativas específicas foram conduzidas para

os 15 países resultando da fragmentação da União Soviética, bem como para o Congo-Zaire, para o qual dados tiveram de ser estimados em vista da importância desse país na África (50 milhões de pessoas) e da amplitude da queda estimada da renda (de US\$ 1.000 em 1970 para cerca de \$230 em 2000). Os exercícios econométricos conduzidos por Sala-i-Martin foram intensos e complexos, mas indicaremos apenas alguns resultados.

Assim, por exemplo, a evolução da distribuição de renda na China, a partir da definição oficial de pobreza do Banco Mundial (US\$ 1/dia a preços de 1985): a “moda” da distribuição de renda em 1970 era de US\$ 750 ao ano. Um terço da população da China, aproximadamente, naquele ano se situava abaixo da linha da pobreza, volume que vai se deslocando com o correr dos anos, ao mesmo tempo em que a desigualdade aumenta. Em 2000, a moda já se situava em US\$ 2.400 e a fração da população abaixo da linha da pobreza de US\$ 1/dia era significativamente menor. As estimativas feitas para o segundo país mais populoso do planeta, a Índia, indicam um deslocamento similar de pessoas para cima da linha de pobreza, de forma dramática, tendo em vista o crescimento da população total.

Para os Estados Unidos, o terceiro país mais populoso (depois da implosão da União Soviética), as estimativas de distribuição são feitas para os estratos mais altos (entre US\$ 1.000 e 100.000, em lugar de US\$ 100 a 10.000, como para os demais países), mas não existem pessoas abaixo da linha de pobreza. A Indonésia foi igualmente um país que conheceu uma enorme redução da pobreza: um terço da população se situava abaixo da linha em 1970 e, mesmo com a crise financeira em 1997 e a queda na renda, os dados são eloqüentes, ao contar aquele país com apenas 0,1% de pobres em 2000.

Os dados para o Brasil constam de um gráfico (II.E) e demonstram que a renda dos estratos mais elevados se movimenta para cima muito mais rapidamente do que a dos estratos inferiores. Para Sala-i-Martin isso “reflete um nível crescente de desigualdade. Este é um fenômeno que tendemos a observar em toda a América Latina. A redução da

pobreza no Brasil parece ter sido muito pequena, tendo ocorrido principalmente nos anos 1970. Na verdade, os estratos mais baixos da distribuição parecem se deslocar para a esquerda entre 1980 e 1990, o que indica um crescimento da pobreza durante a 'década perdida' dos anos 1980. Pouco progresso foi feito no decorrer dos anos 1990" (p. 364).

O caso da Nigéria é, segundo Sala-i-Martin, um dos mais "interessantes", ou talvez dramático, no sentido próprio da palavra: o PIB per capita não cresceu ou teve crescimento negativo nesse período e tanto a pobreza quanto a desigualdade aumentaram. "As implicações dramáticas desses dois fenômenos são que, enquanto a fração da população vivendo com menos de US\$ 1/dia aumentou de 1970 a 2000, o estrato superior da distribuição moveu-se na verdade para a direita. Em outras palavras, apesar de que o cidadão médio ficou pior em 2000 do que estava em 1970, os nigerianos mais ricos estavam bem melhor. Este fator tem implicações políticas importantes porque esses ricos nigerianos formam a elite econômica e política que tem de tomar decisões sobre as reformas possíveis. Infelizmente, a despeito de que esse fenômeno é único entre os maiores países estudados, ele não é incomum na África" (p. 366).

Para a antiga União Soviética (Rússia em 2000) e suas repúblicas constitutivas, os resultados são os esperados: um aparente deslocamento para a direita até 1990, com base nos dados de "crescimento" soviético, seguido de um dramático deslocamento para a esquerda a partir dos anos 1990: em 2000, a distribuição se move para a esquerda, refletindo uma nítida queda na renda e registra um aumento na dispersão, o que significa obviamente o crescimento na desigualdade. Há um aumento na proporção da população abaixo da linha da pobreza, mas como esta se situa bem acima de US\$ 1/dia, o aumento geral na pobreza é pequeno.

Dados agregados ao nível mundial, calculados por Sala-i-Martin, revelam uma moda mundial de US\$ 850 em 1970, com um pico de US\$ 9.600, o que reflete os altos níveis de renda dos EUA e da Europa. Parte substancial das diferenças distributivas da renda mundial em 1970 derivava das diferenças de renda per

capita entre os países, mais do que dentro dos países. "Em outras palavras, a distância entre as distribuições nacionais de renda (ou seja, a diferença entre a mediana dos EUA e da China) parece ser muito maior do que as diferenças entre ricos e pobres americanos ou do que entre ricos e pobres chineses" (p. 368).

4. A pobreza no mundo: diminuindo, a despeito de tudo

Como estimativas globais, Sala-i-Martin calcula, em primeiro lugar, que a WDI moveu-se para a direita nesse período de 30 anos, ou seja, que a pobreza diminuiu, o que está obviamente refletido no fato de que a renda per capita é muito maior em 2000 do que em 1970. Não é imediatamente visível, em segundo lugar, que a dispersão é maior agora do que trinta anos atrás, ou seja, de que a desigualdade distributiva aumentou. Em terceiro lugar, uma mudança maior ocorreu na China, cuja distribuição de renda moveu-se dramaticamente para a direita – os chineses se tornando ricos – mas com uma dispersão maior – ou seja, uma distribuição da renda mais desigual. O estrato mais alto da população chinesa em 2000 situava-se em torno de US\$ 10.000 ao ano, o que significa a renda média de países como México, Polônia ou Rússia e um pouco abaixo da Grécia. Em quarto lugar, a Nigéria – e outros países africanos – parece estar preenchendo o vácuo deixado pela China, Índia e Indonésia: enquanto as três nações asiáticas cresceram – e suas distribuições de movimentaram para a direita –, o maior país africano tornou-se mais pobre e mais desigual ao longo do tempo. Assim, em 2000, ele permanece como o único grande país com uma parte substancial de sua população abaixo da linha da pobreza.

Sala-i-Martin resume suas evidências para todo o período. "Agora se tornou claro que a distribuição se move para a direita, refletindo o fato de que as rendas da maioria dos cidadãos do globo cresceram ao longo do tempo. Também é claro que a fração da população que ficou à esquerda da linha de pobreza declinou (o que indica uma redução nas taxas de pobreza) e que a área absoluta que ficou para trás da linha da pobreza também diminuiu (o que indica uma

redução geral do número de pessoas pobres no mundo). Os dados não mostram claramente se a desigualdade na renda mundial cresceu ou diminuiu, o que demonstra a necessidade de números mais exatos de desigualdade distributiva no mundo se quisermos discutir a evolução da desigualdade nas últimas três décadas” (p. 368-369).

Utilizando diferentes definições e estimativas para as linhas de pobreza – entre US\$ 1,5 e 3/dia –, Sala-i-Martin calcula as diferentes funções distributivas cumulativas para a evolução da diminuição da pobreza no mundo entre 1970 e 2000. Escolhendo a linha inferior, uma renda equivalente a \$570 ao ano (ou US\$ 1,5/dia), tem-se que as taxas de pobreza diminuem de 20% da população mundial para 16% em 1980, 10% em 1990 e 7% em 2000. Se escolhermos a renda de \$2.000 ao ano, a taxa de pobreza cai de 62% da população mundial em 1970 para 41% em 2000. Para uma renda de \$5.000 ao ano, a taxa declina de 78% para 67%.

“Usando os dados originais do Banco Mundial (definição de uma renda anual de \$495), a linha de pobreza declinou de 15,4% da população mundial em 1970 para 5,7% em 2000, um declínio de quase três vezes! Isto é especialmente impressionante levando em consideração que, no mesmo período, a população mundial cresceu quase 50% (de 3,5 para 5,5 bilhões de pessoas). A consequência é que o número total de pessoas pobres passou de 534 para 322 milhões, uma queda de 50%” (p. 373 e 375). Estimativas comparáveis quanto ao número de pessoas pobres em 2000 situavam-no ao redor de 1,2 bilhão de pessoas.

O papel da China na redução da pobreza mundial foi e é, sem dúvida alguma, importante. Estimativas do Banco Mundial baseadas em pesquisa local indicam que a pobreza, definida como a linha de consumo de US\$ 1/dia, foi reduzida de 53% da população em 1980 para apenas 8% em 2000. As estimativas do próprio Sala-i-Martin dão cifras menores, de 48% em 1980 para 11% em 2000, o que representa, de toda forma, cifras impressionantes para um espaço de vinte anos.

Em termos globais, a região da Ásia Pacífico, sendo a mais populosa, foi a que mais reduziu o número de pobres no planeta: de uma proporção de

30% em 1970, a taxa de pobreza tinha caído para menos do 2,4% em 2000, para um total de 1,7 bilhão de pessoas (ou seja, um corte por um fator de 10). Em números absolutos, os pobres caíram de 350 milhões em 1970 para 41 milhões em 2000, sendo que 114 milhões de pessoas foram alçadas da linha da pobreza nos anos 1990. Essa realização impressionante significou que enquanto 54% dos pobres do mundo viviam na Ásia oriental em 1970, em 2000 a região passou a abrigar apenas 9,4% do total. Evolução similar foi conhecida na Ásia do Sul, região com 1,3 bilhão de pessoas em 2000: a pobreza caiu de 30% da população para 2,5% em 2000, sendo que a maior parte do sucesso pode ser atribuída à reformas econômicas na Índia pós-1980 (já que na década anterior os pobres indianos tinham aumentado em 15 milhões).

A descrição oferecida por Sala-i-Martin do caso africano é patética. “O grande sucesso asiático contrasta dramaticamente com a tragédia africana. Com uma população total apenas superior a 608 milhões de pessoas, a África subsaariana é a terceira região mais habitada no nosso conjunto de dados. (...) A maior parte (dos 41 países) teve um desempenho tão catastrófico que a pobreza aumentou em todo o continente. De maneira geral, a pobreza em 1970 era similar à da Ásia: 35%. Em 2000, as taxas de pobreza na África alcançaram 50% enquanto as da Ásia declinavam para menos de 3%. (...) O número total de pobres subiu de 93 milhões em 1970 para mais de 300 milhões em 2000. (...) Este desempenho decepcionante, ao lado do grande sucesso das duas outras regiões pobres do mundo (Ásia oriental e meridional), significa que a maioria dos pobres do mundo vive agora na África. De fato, a África contava com apenas 14,5% dos pobres do mundo em 1970. Hoje, a despeito do fato de que a África totaliza apenas 10% da população mundial, ela é responsável por 67,8% dos pobres do mundo. A pobreza, que antes era essencialmente um fenômeno asiático, tornou-se essencialmente um fenômeno africano” (pp. 377 e 380).

O caso da América Latina é de meios tons, ao longo das três décadas cobertas pelo estudo. Com cerca de 500 milhões de habitantes – 9% da

população mundial –, as taxas de pobreza foram cortadas pela metade em três décadas: de 10,3% em 1970 para 4,2% em 2000. “Isto poderia parecer um quadro otimista, se não fosse pelo fato de que todos os ganhos ocorreram durante a primeira década. Pouco progresso foi obtido depois disso. De fato, a taxa de pobreza na América Latina cresceu de 3% em 1980 para 4,1% em 1990 e para 4,2% em 2000. O volume de pobres caiu em cerca de 17 milhões de pessoas durante os anos 1970, mas cresceu em 10 milhões nos vinte anos seguintes. Esse desempenho misto significou que, apesar de que a América Latina começou numa posição relativamente superior à da Ásia oriental e meridional (onde as taxas de pobreza eram superiores a 30% em 1970), vemos que as taxas de pobreza são superiores às das duas regiões em 2000. A parte dos pobres do mundo que vive na América Latina caiu de 4,0% do total em 1970 para 1,5% em 1980. Ela então cresceu para 3,5% em 1990 e para 5,3% em 2000” (p. 380-381).

Os cenários para o Oriente Médio e para os ex-países socialistas não é dos mais otimistas, mas prefiro remeter à leitura do original de Sala-i-Martin do que resumir, uma vez mais, dados que soam um pouco repetitivos em relação aos da América Latina. Talvez seja melhor adentrar no debate relativo à natureza das desigualdades e o problema da comparação entre países e situações diferentes.

5. O mundo é menos desigual: como isso ocorre, e por quais razões?

Os pesquisadores sempre se preocuparam com as desigualdades distributivas no plano mundial, pois aí se situa o coração do debate sobre a divergência ou convergência da economia mundial. Trata-se de uma questão complexa, tanto no plano metodológico quanto empírico, que pode induzir a interpretações errôneas da realidade, como eu mesmo experimentei em meu citado capítulo do livro *A Grande Mudança*. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2001, do PNUD, por exemplo, argumenta, segundo o texto de Sala-i-Martin, que a desigualdade na distribuição mundial da renda aumentou com base na seguinte lógica:

Suposição 1: “As desigualdades distributivas dentro dos países aumentaram.”

Suposição 2: “As desigualdades distributivas entre os países aumentaram.”

Conclusão: “A desigualdade distributiva mundial também aumentou.” (p. 382)

Para sustentar a primeira suposição, os analistas coletam os coeficientes de Gini de certo número de países, constatando então que esse coeficiente aumentou em 45 países e declinou em 16. Para apoiar a segunda suposição, os analistas recorrem à literatura sobre convergência e divergência e demonstram que o coeficiente de Gini do PIB per capita entre os países cresceu de forma demonstrável nos últimos 30 anos. Essa diferença crescente das rendas per capita entre os países é um fenômeno bem conhecido chamado de “divergência absoluta” pelos economistas do crescimento.

Mas, como indica Sala-i-Martin, “a despeito de ser verdade que as desigualdades dentro dos países estão crescendo, na média, e que é também correto que as rendas per capita entre os países vêm divergindo, a conclusão de que a desigualdade distributiva mundial aumentou não deriva logicamente das premissas estabelecidas. A razão está em que a primeira suposição se refere à renda de ‘indivíduos’ e a segunda suposição se refere à renda per capita de países. Ao adicionar dois conceitos diferentes de desigualdade para analisar a evolução da desigualdade de renda mundial, o PNUD cai na falácia de comparar maçãs com laranjas. O argumento estaria correto se o conceito de desigualdade implícito na segunda suposição não fosse o ‘nível de desigualdade de renda entre os países’, mas, ao contrário, a ‘desigualdade entre os indivíduos que existiria no mundo se todos os cidadãos em cada país tivesse o mesmo nível de renda, mas países diferentes tivessem diferentes níveis de renda per capita” (p. 382-383).

A base do argumento é que se deve reconhecer que existem 4 cidadãos chineses para cada americano, assim que a renda per capita da China tem de ser ponderada e receber o peso correspondente (4 vezes). “Em outras palavras, em lugar de usar uma medida de desigualdade na qual a renda per capita de cada país

constitui um valor, a medida correta deve ponderar o tamanho do país. O problema, para o PNUD é que medidas da desigualdade de renda ponderadas pela população demonstram uma tendência declinante nos últimos 30 anos. A questão, então, é saber se o declínio na desigualdade individual entre os países (ponderada pela população) mais do que compensa o crescimento médio da desigualdade individual dentro dos países, ponderada pela população” (p. 383).

Sala-i-Martin expõe, então, as diferentes medidas de desigualdade distributiva – num total de oito metodologias – e passa a expor sua constatação de que a desigualdade global de renda diminuiu entre 1970 e 2000. Depois de ter permanecido mais ou menos estável no decorrer dos anos 1970, atingindo um máximo de desigualdade em 1979 (um índice de 0,662, segundo o coeficiente de Gini), ela conheceu uma tendência declinante nas duas décadas seguintes, com um coeficiente de Gini, em 2000, de 0,637. No total, o índice de Gini caiu 4% desde 1979.

As tendências não foram obviamente uniformes. Ocorreu, por exemplo, uma queda brusca em 1975, no seguimento do primeiro choque do petróleo, quando os ricos sofreram e a China e a Índia cresceram, respectivamente, em 3,6% e mais de 7%. Em 1988, outro exemplo, a tendência para a melhoria do coeficiente reduziu-se ligeiramente, em função de uma recessão na China. Ou seja, os ciclos de negócios nos grandes países ou em grupos de países estão associados a mudanças de curto prazo nas tendências mundiais de desigualdade, o que recomendaria desconfiar de estudos de curto prazo.

O fato é que todos os demais indicadores são concordantes em apontar um lento declínio nas duas últimas décadas, depois da relativa estagnação dos anos 1970. A dimensão do declínio depende da medida exata: a maior queda observada ocorreu na relação entre o estrato de renda de 20% superior e o estrato de 20% inferior, uma queda de quase 30% entre 1979 e 2000. “A despeito de pequenas diferenças entre as medidas, a desigualdade diminuiu nos últimos vinte anos” (p. 386).

Parafraseando um autor precedente – Lant Pritchett, “Divergence, Big Time”, *Journal of*

Economics Perspectives, 11(3), Summer (1997), 3-17 –, que tinha proclamado a abertura de um grande período de “divergência” no mundo, Sala-i-Martin considera que, com base em sua análise baseada não no PIB per capita, mas nas rendas individuais das pessoas, as duas últimas décadas testemunharam um inegável processo de “convergência, ponto!” (p. 386). A tendência é de certa forma surpreendente na medida em que a desigualdade na distribuição da renda mundial tem aumentado continuamente no século e meio que se passou. O que teria causado essa inversão de tendência? “A resposta é a taxa de crescimento de alguns, até agora, grandes países pobres do planeta: China, Índia e o resto da Ásia” (idem).

De forma geral, no início da revolução industrial, o mundo todo era pobre, igual e pobre. Lentamente, a renda de um bilhão de pessoas – em proporção atual – dos países que pertencem à OCDE cresceu e divergiu da renda dos demais cinco bilhões de pessoas que fazem parte do mundo em desenvolvimento. As taxas de crescimento dramáticas da China, da Índia e do resto da Ásia a partir dos anos 1970 determinaram que a renda de 3 a 4 bilhões de pessoas começou a convergir em direção à renda dos cidadãos dos países da OCDE. Essa redução na desigualdade mundial de renda pela primeira vez em séculos se dá a despeito da renda divergente dos 608 milhões de africanos. “O problema, agora, é que se a renda dos cidadãos africanos não começa a crescer rapidamente, a desigualdade de renda mundial vai começar novamente a aumentar” (p. 386-387).

As tendências recentes se mantêm mesmo excluindo-se dos cálculos a China, de um lado, e os Estados Unidos e a África, de outros, que constituem, respectivamente, os grandes “convergentes” e “divergentes” nas estimativas, o que demonstra o peso de todos os demais participantes do jogo global. Esses três grandes atores perfazem 2,1 bilhões de pessoas – 38% do total – mas o coeficiente de Gini continuaria ainda assim a demonstrar uma queda, de 0,599 em 1970 para 0,591 em 2000.

Finalmente, Sala-i-Martin decompõe os dados em função das diferenças entre os países e dentro

dos países, obtendo uma evidência interessante. A variável “dentro dos países” representa o grau de desigualdade que existiria no mundo se todos os países tivessem a mesma renda per capita (ou seja, a mesma distribuição mediana) mas as diferenças correntes existentes dentro dos países entre os indivíduos. Esta medida é uma média ponderada pela população das desigualdades dentro de um país. Já a variável “entre os países” representa o grau de desigualdade que existiria no mundo se todos os cidadãos em cada país tivessem o mesmo nível de renda, mas persistindo as diferenças de renda per capita entre os países. Esta medida corresponderia à desigualdade ponderada pela população (ou a medida agregada de desigualdade ponderada pela renda).

A conclusão a que ele chega, utilizando a metodologia do “desvio logarítmico mediano, é que mais de 71% da desigualdade de renda entre os cidadãos do mundo se deve a diferenças entre os países e que apenas 29% deriva de diferenças de renda internas aos países. Empregando outras metodologias, as conclusões são similares: a maior parte das diferenças se dá entre os países, não dentro dos países. Mas, a segunda conclusão interessante do seu estudo é a de que as diferenças dentro dos países estão aumentando com o decorrer do tempo, ao passo que as diferenças entre os países declinam. O efeito combinado dessas duas tendências resulta em que a fração da desigualdade global que pode ser explicado pelas diferenças entre os países está declinando.

Uma outra conclusão geral de Sala-i-Martin é a de que o declínio na desigualdade entre os países tem sido maior do que o crescimento da desigualdade dentro dos países, com o que o resultado final é positivo. “Em outras palavras, a despeito do fato de que a desigualdade dentro da China, dentro da Rússia, dentro dos EUA, e dentro de vários outros países tem aumentado, o crescimento de alguns dos maiores e mais pobres países do mundo (mais notavelmente a China, a Índia e o resto da Ásia) tende a reduzir a desigualdade geral de renda entre os cidadãos do mundo” (p. 389).

Sala-i-Martin conclui o ensaio com uma reflexão sobre os objetivos do milênio da ONU, à luz dos

números que ele revelou em seu estudo bem documentado. O primeiro objetivo, estabelecido em 2000, era o de reduzir à metade, em 2015, a pobreza existente em 1990. Nesse ano, as pessoas vivendo com menos de um dólar por dia representavam 10% da população mundial. O objetivo será atingido, portanto, se a taxa de pobreza for de 5% em 2015. Mas, de acordo com seus dados, essa taxa já era de 7% em 2000, ou seja, o mundo já tinha alcançado 60% da meta (o que, obviamente, nada diz da condição dos países africanos, tomados individualmente). Em outros termos, o mundo pode estar em melhor condição do que se acredita.

6. Uma palavra final: os antiglobalizadores precisam mudar o discurso...

As evidências trazidas por Sala-i-Martin, que tinham sido expostas em seu ensaio anterior e discutidas em meus próprios artigos, já citados, traduzem uma realidade que poderia ser diferente: sim, o mundo poderia estar se tornando mais desigual e mais “divergente”, com o crescimento das desigualdades distributivas dentro e entre os países. A bem da verdade, ele demonstra que as desigualdades internas têm crescido nas últimas décadas, mas que isso não foi suficiente para eliminar os maiores fatores de convergência entre os países. Essa convergência vem sendo assegurada, na prática, por alguns grandes países pobres que experimentam, desde os anos 1970, um extraordinário processo de crescimento econômico e de aumento da renda disponível em todos os estratos da população (ainda que com um relativo aumento das desigualdades distributivas entre os estratos da população).

Estes são dados de “conjuntura”, mas que também traduzem uma lenta evolução “estrutural” que se pensa poder consolidar nos próximos anos: o mundo conheceu, por certo, uma longa divergência a partir da primeira revolução industrial, e vem agora passando por uma lenta convergência, à medida que caminhamos para a quarta revolução industrial (a da nano e da biotecnologia). Nada disso é inevitável ou apresenta caráter fatal: como sempre ocorre na história humana, decisões erradas adotadas por

homens que estão em posição de decidir – as chamadas elites – podem, e em vários casos efetivamente o fizeram, colocar tudo a perder, escolhendo caminhos errados no processo de desenvolvimento. Assim ocorreu com a China, em algum momento entre os séculos XVI e XVIII: ela decidiu isolar-se do mundo, concluindo – naquele momento com certa razão – que ela não tinha nada a aprender com os “bárbaros” do exterior, uma vez que estava à frente deles em muitas coisas. Decisão fatal, pois ela foi invadida, esquarterada, espoliada e humilhada, graças à superior tecnologia guerreira das potências ocidentais, aliás obtida em grande medida a partir da própria China, nos séculos anteriores.

Em nenhum momento, Sala-i-Martin recorre ao conceito de globalização em seu estudo, nem apresenta as taxas de crescimento desiguais entre os países, que “explicam” a convergência de alguns e a divergência de outros, mas é isso, obviamente, que está em causa no trabalho que acabamos de resumir. Ainda que um processo consistente de crescimento da renda disponível possa se dar, hipoteticamente, unicamente em um plano nacional, isto é, tendo como base o crescimento da produtividade total de fatores em bases inteiramente nacionais, ou seja, *self-contained* e autárquicas, não é crível, ainda que seja teoricamente possível, que China, Índia e tantos países asiáticos tivessem logrado o desempenho extraordinário que conseguiram nas últimas duas décadas em uma situação de “descolamento” da economia mundial. Isso não é verossímil e não seria possível, não, em todo caso, com as altas taxas de crescimento econômico sustentadas pela China nas últimas duas décadas. O que isto tem a nos ensinar?

Em primeiro lugar, que o crescimento econômico, quaisquer que sejam as políticas econômicas empregadas para torná-lo consistente e sustentável, é uma condição *sine qua* não se podem alcançar os demais objetivos das políticas macroeconômicas e setoriais, em especial as de cunho social ou tecnológico. Em outros termos, não adianta pensar em distribuir, mesmo de forma modesta, se não há crescimento da produtividade e se a economia não alcança patamares mais elevados de valor agregado.

Em segundo lugar, que esse crescimento precisa alcançar os vários setores da economia e ser sustentado ao longo do tempo, de preferência a taxas bem superiores ao crescimento populacional, para que a distribuição seja mais ou menos bem repartida entre a população. Esse processo precisa se dar no bojo de transformações estruturais que atingem os diferentes setores, subsetores e ramos da economia, de maneira a transformar o crescimento econômico em vetor do desenvolvimento social.

Estas são lições “teóricas” que podem ser extraídas a partir dos dados disponíveis. As lições “práticas” são as de que esse crescimento pode ser facilitado por um ambiente internacional favorável à expansão das exportações, que está inquestionavelmente na base do crescimento observado nas duas últimas décadas nas economias dinâmicas da Ásia. Parafraseando uma conhecida frase sobre a “mudança na geografia comercial do mundo”, pode-se dizer que essa mudança já ocorreu e ela mobiliza, essencialmente, os centros produtores da Ásia oriental e meridional e os centros consumidores da Europa e da América do Norte, como de resto um pouco todo o mundo. Nem a América Latina ou o Oriente Médio, nem a *fortiori* a África têm sabido aproveitar essas novas oportunidades criadas com essa “nova geografia comercial”.

Outra lição de natureza prática seria a de que as políticas econômicas nacionais não precisam se conformar a um padrão único, alegadamente *mainstream* ou ortodoxo, de comportamento econômico, que seria aquele supostamente ditado pelas regras do chamado “consenso de Washington”. Ou seja, as políticas econômicas não precisam ser liberais ou, em sentido contrário, “dirigistas”, mas elas têm de se conformar ao padrão de abertura aos mercados e aos investimentos e de inserção na chamada economia global. A China e a Índia seguem padrões bastante diferentes de reforma econômica e de inserção econômica internacional, mas, em ambos os casos, as conexões efetuadas pelos sistemas produtivos locais com os mercados externos e a abertura de cada um desses países aos investimentos

diretos estrangeiros são patentes e determinantes no sucesso obtido. Na ausência desses traços definidores dos modelos “nacionais” de crescimento econômico e de inserção na economia internacional, nem a China nem a Índia teriam, possivelmente, logrado as altas taxas de crescimento conhecidas nas últimas duas décadas.

Voltando à acusação dos antiglobalizadores contra o duplo processo de inserção das economias nacionais ao sistema econômico mundial e de sua integração aos mercados capitalistas, como sendo, supostamente, causadores de miséria, de pobreza e de desigualdades crescentes, creio que não caberia mais insistir na desqualificação desse tipo de alegação, sem qualquer fundamento empírico, teórico ou

histórico. Desse ponto de vista, os antiglobalizadores vão precisar refinar o discurso ou encontrar outros demônios para combater. Resta, como afirmado, a questão do tipo ou da qualidade das políticas econômicas colocadas em prática, terreno no qual os mesmos personagens bizarros insistem em condenar as chamadas regras do “consenso de Washington”, sem provavelmente ter a menor idéia do que estão falando. Trata-se de uma questão mais complexa, que poderá ser abordada em outro contexto. No momento, creio que os dados estão bem apresentados quanto à convergência econômica de todas as economias que logram manter um processo de crescimento econômico sustentado, no contexto da economia global.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com